

# Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão<sup>1</sup>

**Denise Elias**

Doutora em Geografia Humana pela USP (1996)

Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual do Ceará – UECE

Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários – LEA

Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq)

Endereço profissional: Departamento de Geociências, Centro de Ciências e Tecnologia,

Universidade Estadual do Ceará – Avenida Paranjana, 1.700, Parangaba, 60.740-000 –

Fortaleza, Ceará, Brasil

Telefone: (85) 3101-9792

Endereço eletrônico: [denise.elias@pesquisador.cnpq.br](mailto:denise.elias@pesquisador.cnpq.br)

## Resumo

O principal objetivo deste artigo é reconhecer a dinâmica de (re) produção dos espaços agrícolas do semi-árido e dos cerrados do Nordeste do Brasil recentemente incorporados à produção agropecuária globalizada, como resultado da dispersão espacial do agronegócio e da agricultura científica pelo território do país, difundindo-se especializações territoriais produtivas. O intuito é discutir alguns dos processos que a regem e as desigualdades socioespaciais resultantes. Ao considerar que a difusão do agronegócio se dá de forma extremamente excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas desigualdades, optamos por apresentar alguns dos impactos negativos para os elementos sociais da estrutura agrária. Sobressaem, especialmente, a concentração da estrutura fundiária, impondo uma nova dinâmica ao mercado de terras, e a mudança das relações de trabalho, formando-se um mercado de trabalho agrícola formal.

**Palavras-chave:** Região Nordeste; agronegócio; desigualdades socioespaciais.

## Resumen

### Análisis en los espacios agrícolas de la exclusión

El principal objetivo de este artículo es reconocer la dinámica de (re)producción de los espacios agrícolas de semi-árido y de los cerrados de Nordeste de Brasil, recientemente incorporado a la producción agropecuaria globalizada, como un resultado de la dispersión espacial de el agronegocio y de la agricultura científica por el territorio de el país, irradiando especializaciones territoriales productivas. La intención es debatir algunos de los procesos a que obedece y las disparidades sociales e espaciales resultantes. En la consideración que la difusión de el agronegocio ocurre de forma extremadamente excludente, aumentando las historicas disparidades sociales e territoriales, además de criar otras nuevas disparidades, hemos elegido presentar algunos de los impactos negativos para los elementos sociales de la estructura agrícola. Sobresalen, especialmente, la concentración de la estructura agraria, imponiendo una nueva dinámica a la compra y venta de la tierra, e la alteración de las relaciones de trabajo, dando forma a un nuevo mercado de trabajo agrícola formal.

**Palabras claves:** Región Nordeste de Brasil; agronegocio; disparidades sociales e territoriales.

## Abstract

---

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto de estudos desenvolvidos durante consecução do projeto integrado de pesquisa intitulado Economia Política da Urbanização do Baixo Jaguaribe (CE), que conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Essays about the agrarian spaces of exclusion

The objective of this article is to recognize the dynamics of the reproduction of the agrarian spaces at the semi-arid zone and the scrub lands in the northeastern Brazilian region, which have been recently incorporated to the agricultural global production, as a result of the spatial dispersion of the agribusiness and the scientific agriculture over the Brazilian territory, leading to the diffusion of productive territorial specializations. The main purpose is to discuss some of the processes which lead this dynamics and the resulting socio-spatial disparities. By considering that the diffusion of the agribusiness runs through an extremely exclusive way, enhancing the historic, social and territorial disparities, beyond bringing up some other new inequalities, we opt for presenting some of the negative impacts related to the social elements of the agrarian structure, such as the concentration of the land ownership, imposing a new dynamics on the land market, and the change of the work relationships, generating a formal agrarian labor market.

**Key-words:** Northeastern Region; agribusiness; socio-spatial disparities.

### Introdução

O principal objetivo deste artigo é reconhecer a dinâmica de (re)produção dos espaços agrícolas do semi-árido e dos cerrados do Nordeste do Brasil recentemente incorporados à produção agropecuária globalizada, como resultado da dispersão espacial da agricultura científica e do agronegócio pelo território brasileiro, difundindo-se especializações territoriais produtivas. O intuito é discutir alguns dos processos que a regem e as desigualdades socioespaciais resultantes.

Como pressuposto teórico consideramos a reestruturação produtiva da agropecuária, a qual atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, e exerce profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos. Estes, desde então, passam por um acelerado processo de reorganização, e mostram-se extremamente abertos à expansão dos *sistemas de objetos* e dos *sistemas de ação* (SANTOS, 1994, 1996) característicos do atual sistema temporal, que tem na globalização econômica um de seus vetores principais.

Iniciamos pela contextualização da divisão territorial do trabalho agropecuário no Brasil resultante das mudanças do setor nas últimas décadas. Para isto, destacamos como a região Nordeste se insere nesta dinâmica, assim como quais são as áreas e culturas selecionadas. Da mesma forma, ressaltamos alguns dos novos arranjos territoriais produtivos inerentes ao circuito superior do agronegócio, cujos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação promovem a reorganização do espaço produtivo comandada pela racionalidade do presente período histórico, imposta por empresas agrícolas e agroindustriais, nacionais e multinacionais, acirrando-se a divisão social e territorial do trabalho.

Estes novos arranjos territoriais produtivos articulam-se com a escala internacional, e se organizam a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Tais áreas seriam, então, os pontos luminosos do espaço agrícola nordestino, as áreas mais dinâmicas no relacionado à expansão da modernização da produção e do espaço agrícolas. Nestes, o meio técnico-científico-informacional tem substituído o meio natural e o meio técnico.

Ao considerar que a difusão da agricultura científica e do agronegócio se dão de forma extremamente excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas desigualdades, optamos por apresentar alguns dos impactos negativos para os elementos sociais da estrutura agrária. Sobressaem, especialmente, a concentração da estrutura fundiária, impondo uma nova dinâmica ao mercado de terras, e a proletarização das relações de trabalho, formando-se um mercado de trabalho agrícola formal.

## Difusão do agronegócio e desintegração competitiva dos espaços agrícolas

Nos últimos cinqüenta anos, vivemos um acelerado processo de transformações de diversas naturezas, magnitudes e complexidades, caracterizando novo momento do capitalismo, o qual recebe diversas denominações e conta com diferentes interpretações, muitas vezes díspares e conflitantes entre si. Para Milton Santos, viveríamos um novo período histórico, por ele denominado de período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1979, 1985, 1988, 1993, 1996, 2000), que tem na globalização da produção e do consumo um de seus pilares.

Entre os vetores de promoção e explicação da arquitetura da globalização, há um grande processo de reestruturação da produção e do território de todos os países, especialmente no grupo de países de baixa renda, historicamente classificados de Terceiro Mundo. Naturalmente com intensidades e complexidades distintas, para isto é importante a interação entre o novo e o velho, o poder do Estado e do mercado, a forma de interação entre os novos fatores da produção e os elementos de estruturação do espaço, a resistência dos movimentos sociais etc.

Uma das características desse novo sistema temporal associa-se à possibilidade de incorporação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção. Em fase desta possibilidade, a velocidade de renovação das forças produtivas torna-se muito mais acelerada do que em todo o restante da história. Este é um dos principais signos do atual estágio do modo de produção hegemônico no mundo.

Desde que a ciência, a tecnologia e a informação passaram a se constituir nas mais marcantes forças produtivas, o homem imprimi intensa velocidade de renovação das forças produtivas e, dessa forma, passa a ter grande poder de interferência na natureza. Estas novas possibilidades modificaram radicalmente a relação homem-natureza. Desse modo, o homem, que já foi mero observador da natureza, passa a agente com profunda capacidade de interferência nela, e constrói, com grande velocidade, uma segunda natureza, uma natureza artificializada, na qual os fixos artificiais são cada vez mais numerosos.

Com o acirramento da globalização da produção e do consumo, erguem-se as bases materiais que propiciaram a dispersão espacial da produção. O avanço dos transportes e das comunicações tem possibilitado, nas últimas décadas, fluxos, de matéria e de informação, até então inimagináveis. Isto é tão verdade que a instantaneidade e a simultaneidade são signos do presente (SANTOS, 1996). Conseqüentemente o espaço da produção em geral, incluindo a agrícola, se amplia e inclui áreas até então pouco favoráveis à obtenção de alta lucratividade.

As novas possibilidades de fluidez do espaço, somadas às que a revolução tecnológica vem propiciando à intensificação da forma capitalista de produzir na agropecuária, promovem verdadeira reestruturação produtiva no setor. A partir desta reestruturação, muitos novos espaços agrícolas podem ser incorporados à produção e ao consumo agropecuários globalizados.

Mas a reestruturação da agropecuária brasileira, isto é, a intensificação do capitalismo no campo, com todas as possibilidades advindas da revolução tecnológica, processou-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva. Diante disto, manteve intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do verdadeiro significado do conceito de desenvolvimento. Isso significa que privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo.

Acirra-se, desde então, a expansão das relações capitalistas de produção no campo, conduzida de maneira extremamente prejudicial à maioria da população brasileira, especialmente aos que têm na relação com a terra sua principal forma de reprodução, à organização do território e ao meio ambiente. Promove-se, assim, um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais brasileiras.

A divisão territorial do trabalho agropecuário também tem se redefinido no período técnico-científico-informacional, quando as regiões Sudeste e Sul foram as primeiras a serem intensamente atingidas pelos processos de modernização em geral e formam, no dizer de Milton Santos (1986, 1993, 1996), a *Região Concentrada*. Somada à Região Centro-Oeste existem os principais espaços agrícolas alvo de transformação nos últimos quarenta anos no Brasil, a compor arranjos produtivos dominados por empresas, nacionais e multinacionais, hegemônicas dos sistemas agroindustriais.

É a Região Concentrada que, desde o início da reestruturação da agropecuária, se adapta progressiva e eficientemente aos interesses dos capitais hegemônicos, e se reconstitui à imagem do período técnico-científico-informacional, transformando-se na área com maior expansão da agricultura científica (SANTOS, 2000; Elias, 2003ab) e dos diferentes ramos do agronegócio. Hoje a *Região Concentrada* e a Região Centro-Oeste são as mais mecanizadas para a produção agropecuária moderna e aquelas nas quais o meio técnico-científico-informacional se dá com contigüidade (SANTOS, 1993), seja no espaço agrícola, seja no espaço urbano. Portanto, se expandiram com maior dinamismo e complexidade e possuem, assim, a maior composição técnica e orgânica do espaço agrícola, constituída com o conjunto técnico inerente ao novo ciclo de expansão capitalista.

No entanto, nem mesmo a Região Concentrada se apresenta homogênea. O Estado de São Paulo é o *núcleo do padrão agrário moderno* (MULLER, 1988). Tal fato pode ser comprovado, entre outros, pela pujança do seu interior, o qual gera, desde meados dos anos 1980, a segunda maior economia do país. Mas também neste Estado a reestruturação produtiva da agropecuária não se processa de forma homogênea. Algumas áreas são mais intensamente beneficiadas pelos sistemas técnicos e sistemas normativos inerentes à agricultura científica e ao agronegócio. É o caso da região de Ribeirão Preto, a nordeste do Estado, um dos principais, se não o principal, exemplos do *Brasil agrícola moderno* (ELIAS, 1996, 1997, 2003ab), na qual se concentram os complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja.

Ao se considerar, porém, a divisão territorial do trabalho agropecuário resultante do processo de reestruturação produtiva do setor, conforme ressaltado por vários autores, poderíamos distinguir outras duas grandes regiões: a Amazônia, que comporia a fronteira agrícola, incorporada mais recentemente e de forma parcial à modernização, e a região Nordeste, considerada como a área mais resistente às transformações no conjunto de sua agropecuária. Entretanto, se a reestruturação produtiva da agropecuária e o meio técnico-científico-informacional se dão de forma contígua nos espaços agrícolas da Região Concentrada e no Centro-Oeste, aparece como manchas e pontos em todo o restante do território brasileiro, incluindo estas outras regiões.

Alguns autores (DELGADO, 1985; SORJ, 1980; GRAZIANO DA SILVA, 1982), quando analisam as transformações da agropecuária brasileira, apresentam a região Nordeste como um subsetor arcaico da agropecuária no país, baseada numa estrutura fundiária extremamente concentrada, na grande propriedade e na pequena exploração; no uso extensivo da terra e da mão-de-obra; na baixa capitalização, tanto por trabalhador quanto por unidade de área, com a predominância de não-assalariados e semi-assalariados, sujeitos a várias formas de dependência, com alta utilização por unidade de produto e baixo grau de integração técnica com os setores industriais componentes dos complexos agroindustriais.

No entanto, destaquemos, tais estudos foram realizados antes das novas dinâmicas socioeconômicas em processo e não puderam, portanto, considerá-las para análise. Conforme enfatizado por vários autores, hoje não existe apenas um Nordeste, mas vários, com profundas diferenciações entre si, como já mostraram, entre outros, Gilberto Freire, Djacir de Meneses (1995), Manuel Correia de Andrade (1980), Mário Lacerda de Melo (1978) e, mais recentemente, Tânia Bacelar de Araújo (1997, 1999, 2000). Na opinião desta autora, com o processo de reestruturação econômica e territorial das últimas décadas reforça-se a realidade dialética, denotando-se alguns *subespaços dinâmicos*.

Se até a década de 1980 o conjunto da agropecuária nordestina permaneceu quase inalterado, a partir de então, se vislumbra a ocupação de novas fronteiras pelo agronegócio

globalizado, em alguns lugares específicos dessa região. Estes passam a receber vultuosos investimentos de algumas importantes empresas do setor, difundindo-se a agricultura científica e o agronegócio.

Nesse contexto, o semi-árido, notadamente alguns dos seus vales úmidos, à semelhança dos cerrados nordestinos, que até então, de certa forma, compunham o *exército de lugares de reserva* para o agronegócio, tornam-se atrativos e são incorporados aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais hegemônicas do setor. Ou seja, tais áreas assumem novos papéis na divisão internacional do trabalho agrícola.

Como temos defendido (ELIAS, 2002ab, 2003b, 2005), hoje existe acentuada dicotomia entre agricultura tradicional e agricultura científica. Mencionada dicotomia apresenta-se em algumas partes bem delimitadas do território nordestino, constituindo verdadeiros *pontos luminosos* (SANTOS, 2000, 2001) em pleno semi-árido, especialmente em alguns dos seus vales úmidos (submédio São Francisco e baixo curso dos rios Açu e Jaguaribe), assim como nos seus cerrados, particularmente no oeste da Bahia, no sul do Maranhão e no sul do Piauí.

Nas últimas duas décadas, estes espaços agrícolas do Nordeste vêm sendo afetados por intensificação das relações de produção tipicamente capitalistas. Isso significa que as transformações da agropecuária se dão de forma seletiva e atingem fortemente algumas áreas, especializadas em determinadas culturas, corroborando para o avanço do capitalismo no campo.

Ainda nos anos 1980, o submédio do rio São Francisco foi o primeiro a viver esse processo de difusão da agricultura científica e do agronegócio e hoje possui importante região produtora de frutas, voltadas especialmente para a exportação, notadamente seu trecho polarizado pelos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Da mesma forma, o oeste da Bahia, polarizado pelo município de Barreiras, foi a primeira área do Nordeste a se associar aos processos de difusão da produção intensiva de soja. Nestas áreas são visíveis as reestruturações da produção e do território, com inúmeras conseqüências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária.

Em meados da mesma década, a produção intensiva de frutas tropicais passou a ocupar o baixo curso do rio Açu, no Rio Grande do Norte, polarizada pelo município de Açu. Praticamente no mesmo período, a produção intensiva de frutas tropicais ocupa o baixo curso do rio Jaguaribe, no Ceará, região polarizada pelo município de Limoeiro do Norte. No final da década de 1980 e início dos anos 1990, o agronegócio globalizado passou a ocupar outras áreas do *exército de lugares de reserva* no Nordeste. Destacariamos o sul dos Estados do Maranhão e do Piauí, que sofre uma ocupação intensiva pela produção de grãos, especialmente a soja. Desde então, todas estas áreas vivem importantes transformações socioespaciais (ELIAS, 2001, 2002ab, 2003b, 2005).

A inserção dos lugares de reserva do semi-árido e dos cerrados nordestinos à produção agropecuária intensiva baseia-se, muito fortemente, no modelo econômico predominante nas duas últimas décadas no Brasil, cujo ápice teve lugar durante o longo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002), claramente de inserção passiva do país à economia e consumo globalizados. Neste período, toda a população brasileira foi submetida aos ditames dos grandes grupos econômicos, dos grandes conglomerados nacionais e multinacionais, com o acirramento do neoliberalismo, da diminuição, se não eliminação completa, do papel do Estado como maestro de um projeto de nação.

Isto é muito claro com as privatizações desenfreadas ocorridas durante a administração de FHC. A síntese das prioridades do seu governo é encontrada nos programas Brasil em Ação, lançado em 1996 pelo Ministério do Planejamento, que teve continuidade com o Avança Brasil, os quais sintetizam as prioridades de investimentos durante seu governo. Nestes, a discussão do desenvolvimento regional, de forte presença em décadas anteriores, é substituída pela discussão dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, cujo objetivo maior é atrelar as áreas e setores econômicos considerados mais competitivos do país à dinâmica do mercado mundializado.

Tais eixos promovem a implantação de projetos tidos como estruturantes para o crescimento econômico e exacerbam a seletividade dos investimentos produtivos. Um projeto megalomaniaco que, embora até hoje concretizado em pequena monta, impregnou a burocracia, principalmente associada ao planejamento, utiliza e desenvolve uma verdadeira panacéia de metodologias, de estudos de viabilidade, como dos clusters, das cadeias produtivas etc.

Nestes programas, a região Nordeste foi “contemplada” com dois eixos, o Transnordestino e o São Francisco, que visam à construção dos sistemas técnicos e sistemas normativos necessários à inserção dos lugares escolhidos. Dois exemplos podem ser mencionados. O primeiro são os investimentos em infra-estrutura econômica: transportes (aeroportos, portos, estradas de rodagem), sistemas técnicos associados à eletrificação, ao saneamento, às telecomunicações.

Outro exemplo é a difusão da infra-estrutura hídrica, com grande expansão das políticas públicas inerentes às novas formas de gestão dos recursos hídricos: construção de adutoras, canais, barragens, irrigação, programas de transposição de bacias hidrográficas, implantação de comitês de bacias hidrográficas etc. Tudo isto em vários Estados nordestinos, sendo o Ceará o principal laboratório dos novos sistemas normativos e técnicos inerentes aos recursos hídricos, cujo comando cabe ao Banco Mundial.

Os estudos de viabilidade econômica, que viraram “moda” e se multiplicaram na última década, apontaram dez atividades como as de maior possibilidade de inserção competitiva do Nordeste. Três foram escolhidas para dar início ao processo: o agronegócio de frutas tropicais, o agronegócio de grãos, a partir da expansão de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia nas manchas irrigáveis e nos cerrados, encabeçada pela iniciativa privada, pelas empresas agrícolas e agroindustriais, que conta com uma série de programas e projetos de incentivo; e o turismo litorâneo, que teve expressivo reforço com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

Assiste-se, deste então, a radical mudança do discurso sobre as possibilidades econômicas do semi-árido, notadamente sobre os seus vales úmidos, e dos cerrados do Nordeste, construindo-se um novo imaginário social sobre estas áreas, consideradas agora com várias vantagens comparativas, para as quais se vislumbram amplas possibilidades para o agronegócio globalizado, principalmente de frutas tropicais, para o primeiro bioma, e soja, para o segundo.

Neste contexto, o semi-árido e os cerrados nordestinos passam a ser considerados como frações do espaço total do planeta cada vez mais abertas às determinações exógenas e aos novos signos contemporâneos. Isto é ainda mais verdade no relacionado aos mercados, cada vez mais longínquos e competitivos; aos preços, geridos pelas principais bolsas de mercadorias do mundo; à pesquisa agropecuária, muitas vezes induzida pelos interesses de multinacionais hegemônicas nos respectivos ramos, e, principalmente, no referente aos centros de decisão e comando, todos localizados fora da região e mesmo fora do país.

## **Especialização territorial produtiva**

Se o crescimento econômico é um resultado inegável da apropriação dos lugares de reserva do Nordeste brasileiro, o mesmo se pode dizer dos impactos negativos em termos sociais, territoriais e ambientais. A difusão da agricultura científica e do agronegócio, com a territorialização do capital, inclusive de importantes multinacionais, passa a dominar parte significativa da produção, da comercialização e do financiamento, mas não se associa à distribuição de terra, nem de renda para os pequenos produtores.

O principal aspecto neste item associa-se a um dos resultados destes processos. Trata-se do acirramento da dialética na organização dos espaços agrícolas considerados para análise, formando-se alguns arranjos territoriais produtivos, a contribuir para o acirramento da desintegração dos espaços agrícolas nordestinos. A fragmentação dos espaços agrícolas aumenta a diferenciação na lógica de sua organização, na qual se denota

a seletividade de distribuição das políticas públicas e dos sistemas de objetos, fortalecendo as diferenças, cada vez mais complexas e devastadoras. Isto significa que os pontos escolhidos para receber investimentos transformam-se em pontos de modernização da economia e do território e todo o restante fica a margem desse processo. Reforça-se, dessa forma, a existência de vários Nordeste.

De acordo com Castro (1996), há duas lógicas na organização do território nordestino: uma conservadora, com base nos azares climáticos; outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional, e organiza o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Na nossa opinião é possível, com base nas novas dinâmicas hegemônicas nos até então lugares de reserva nordestinos, detalhar alguns dos elementos para análise desta fragmentação, muito mais devastadora do que as preexistentes. Isto acirra a refuncionalização dos espaços agrícolas em pauta e leva à difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica do próprio espaço agrícola, que resultam numa nova divisão territorial do trabalho agropecuário.

Deve-se destacar a existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrícola. Sobressaem principalmente três grandes grupos: um inerente à agricultura familiar, à agricultura camponesa, não integrada ao agronegócio, que vive da agricultura de subsistência ou da produção simples de mercadorias. Este, apesar da difusão do capitalismo no campo, continua a se reproduzir, como já provaram alguns importantes estudos, dentre os quais os de Oliveira (1997).

Um segundo grupo, composto pela pequena produção integrada ao agronegócio, cuja produção é comumente classificada de produção integrada, que, apesar de suas especificidades, pode ser observado em todas as áreas citadas de expansão da fruticultura. Um terceiro grupo composto por empresários agrícolas, integrados ou não à agroindústria. Entre os integrados, o caso da soja nos cerrados é o exemplo mais importante.

Neste item, privilegiamos a compreensão dos dois últimos grupos, pois na nossa opinião nestes encontramos os espaços agrícolas luminosos do Nordeste, pontos de difusão da agricultura científica e do agronegócio, novos focos de dinamismo da economia agrícola regional, nos quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades. A partir da dialética na organização dos espaços agrícolas recentemente incorporados à produção intensiva e utilizando para análise a categoria dos *circuitos espaciais da produção* proposta por Santos (1988), é possível vislumbrar vários circuitos produtivos vinculados ao agronegócio globalizado, a formar diferentes arranjos territoriais produtivos. Nestes territórios, os espaços agrícolas compõem pontos das redes de fluxos rápidos, que conectam as áreas consideradas para análise diretamente com os centros de poder em nível mundial, ou seja, a escala local está articulada com a internacional, e o território organiza-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Estes novos arranjos territoriais produtivos inerentes ao agronegócio são os novos territórios da exclusão.

Compreender os fixos e os fluxos, os sistemas de objetos e os sistemas de ação das principais empresas territorializadas nos vales úmidos e nos cerrados nordestinos, principalmente as associadas ao circuito superior da economia agrícola, buscando compreender seus *circuitos espaciais de produção* e os seus *círculos de cooperação*, é um exercício de análise que permite a síntese das estratégias de ação dos grandes conglomerados e das empresas agrícolas em geral atuantes no agronegócio, assim como do território resultante destes processos, ou seja, das novas especializações territoriais produtivas.

Neste sentido, buscamos descrever a seguir, alguns dos principais arranjos territoriais produtivos associados ao circuito superior (SANTOS, 1979) do agronegócio hoje vislumbrados no Nordeste, assim como parte das relações sociais de produção existentes, bem como os agentes econômicos situados à frente de tais processos.

Um arranjo territorial produtivo seria o associado à produção de frutas que se estende do baixo curso do rio Açu (RN) ao baixo curso do rio Jaguaribe (CE). Conforme acreditamos, existe na junção destas áreas, pertencentes a dois Estados, um arranjo

produtivo associado à produção intensiva de frutas, especialmente melão, abacaxi e banana. Nesta, é possível encontrar tanto o pequeno produtor integrado, a atuar em parceria com médios empresários agrícolas, seja no baixo Jaguaribe, seja no baixo Açu, até uma única empresa multinacional dominando todas as etapas do processo produtivo.

A produção integrada baseia-se, especialmente, no compromisso por parte dos empresários, no oferecimento de assistência técnica, com vistas ao incentivo ao uso de novas tecnologias, para a melhoria da produtividade; na compra conjunta de insumos, no intuito de reduzir os preços e, principalmente, no fortalecimento da participação na comercialização da produção. Neste caso, os empresários, responsáveis pelas chamadas “parcerias”, ficam com um percentual sobre o montante auferido com as vendas da produção o seu “parceiro”, mas se ocorrer algum fato que inviabilize a comercialização, este não terá nenhum prejuízo, pois faz apenas a intermediação da comercialização e não a compra do produto para posterior revenda.

Amplia-se, assim, o processo de subordinação de alguns pequenos produtores agrícolas que, ao invés de expulsos pelo processo de territorialização do capital no campo e de monopolização do espaço agrário, subordinam-se diretamente às empresas agrícolas, as quais transferem uma parte da renda da terra que lhes caberia. Esta subordinação se dá por meio de mecanismos financeiros e de controle técnico da produção, assim como pela contratação da compra da produção. Considerando alguns dos parceiros participantes desta relação, parece-nos possível afirmar que, entre as conclusões possíveis, está se reproduzindo a sujeição formal, mencionada por Martins (1990).

Para ilustrar, podemos dar um dos principais exemplos deste tipo de circuito produtivo existente na região do baixo Jaguaribe, no Ceará. Um dos mais importantes empresários agrícolas a investir na região na última década, de origem e vivência urbanas, vem consolidando uma posição de destaque na produção regional de frutas. Instituiu um programa de parceria que oferece assistência técnica, incentiva o uso de novas tecnologias e garante a venda da produção dos seus parceiros. Desse modo, fortalece sua presença no setor da comercialização e no de fornecimento de insumos industriais para a agricultura. É responsável pela difusão, na região, de técnicas de produção mais modernas, por investir em mão-de-obra especializada, por adotar a informatização de parte de seu processo produtivo etc. Este empresário é um dos precursores na adoção destas novas formas de relação com os pequenos produtores e tem conseguido bons resultados na distribuição da produção, no mercado local e regional<sup>2</sup>. Hoje mencionado empresário consegue aglutinar a produção de cerca de cinquenta produtores, alguns já pequenos empresários agrícolas, localizados não só no município sede de sua empresa (Limoeiro do Norte), mas também em outros municípios vizinhos. Oficialmente, seus estabelecimentos agrícolas, localizados dentro de um perímetro irrigado público entre os que já nascem inseridos no Novo Modelo de Irrigação, somam cerca de 25 ha<sup>3</sup>, e a área total de produção dos seus parceiros concentra perto de 500 ha<sup>4</sup>. Este e outros tipos de parceria também são bastante presentes no baixo Açu.

Em relação ao mesmo arranjo territorial produtivo, devemos destacar, também, a forte presença da multinacional Del Monte, uma das três principais empresas do setor de frutas do mundo. Após extensa pesquisa sobre o melhor local para implantação de uma nova unidade produtiva na América Latina, instalou-se na área em meados da década de 1990. Em poucos anos, introduziu significativas mudanças quanto aos vários aspectos da

---

<sup>2</sup> De acordo com informações obtidas durante trabalho de campo, a principal fruta produzida é a banana. Ele chega a comercializar 350.000 quilos por semana.

<sup>3</sup> A quantidade de terras sob seu poder é bem maior, já que se utiliza do nome de outras pessoas para a oficialização das negociações com as terras dentro do perímetro irrigado, porquanto as leis que regem o funcionamento não permitem determinadas negociações de terra, pois a propriedade ainda é do Estado, no caso, na figura do Dnocs.

<sup>4</sup> Vale destacar que este empresário, ao contrário de outros que têm se estabelecido na região do baixo Jaguaribe, é cearense e reside na capital, Fortaleza. Da mesma forma, vale citar que a acumulação original de seu capital não se processou no setor, Isto já demonstra algumas das transformações da agropecuária do Estado.



produção, difundindo a agricultura científica e o agronegócio de frutas tropicais. Assim, juntamente com a racionalização do espaço agrícola, instala-se uma nova dinâmica seja no tocante às relações de trabalho, com significativa participação na difusão do mercado de trabalho agrícola formal, seja quanto à dinâmica do mercado de terras, cujo preço vem crescendo geometricamente desde sua chegada. No vale do Açu, produz principalmente banana, de modo especial no município de Ipanguaçu, enquanto no vale do Jaguaribe sobressai com a produção de melão, no município de Quixeré, e de abacaxi, no município de Limoeiro do Norte.

Sua produção é quase totalmente verticalizada, pois todas as etapas desta estão sob sua realização. Além da terra e da mão-de-obra, poucas outras relações são estabelecidas nos lugares nos quais está instalada, uma vez que pouco interage com os poderes locais; praticamente ignora por completo a legislação ambiental e, em parte, a trabalhista; traz de fora do país quase todo o pacote tecnológico utilizado na produção, assim como parte da mão-de-obra especializada; exporta quase toda a produção, e deixa para o mercado local somente o refugo, que não tem o padrão exigido pelo mercado externo<sup>5</sup>.

Na nossa opinião, o circuito produtivo da fruticultura comandado pela Del Monte neste arranjo territorial produtivo produz muito mais verticalidades do que horizontalidades, como pode ser verificado pelo fraco dinamismo da economia urbana de Ipanguaçu ou mesmo de Açu, cidade que polariza a região, na qual reside uma parte dos trabalhadores especializados da empresa. Entre algumas das mais notórias horizontalidades, poderíamos citar o fluxo de funcionários especializados a ocorrer diariamente entre Açu e Ipanguaçu, no Rio Grande do Norte, e Quixeré e Limoeiro do Norte, no Ceará. Isto reforça nossa hipótese da formação de um arranjo territorial produtivo inerente à fruticultura, composto pelas áreas produtoras dos dois Estados, cuja hegemonia pertenceria a Del Monte.

Outro arranjo territorial produtivo é o composto pela região polarizada pelos municípios de Juazeiro (PE) e Petrolina (BA), também associado à produção de frutas tropicais, com objetivo principal de exportação. Este seria, na verdade, o primeiro arranjo territorial produtivo a se formar no Nordeste inerente ao agronegócio da fruticultura. O grande destaque neste caso, no referente aos principais agentes transformadores do espaço agrícola, é a forte presença do Estado. Esta é corporificada pela Codevasf, na organização dos sistemas técnicos e normativos, pois a produção desta área se baseia predominantemente na construção dos perímetros irrigados públicos, principalmente o Nilo Coelho<sup>6</sup>, até hoje o mais importante entre todos os existentes na área.

Neste caso, desde cedo, a produção de frutas se deu marcadamente pela associação entre os colonos irrigantes e as empresas agrícolas, multiplicando-se os exemplos de “parcerias”. Hoje, são cerca de trinta empresas atuantes dentro do próprio perímetro, as quais trabalham integradas ou não com o pequeno agricultor. Neste modelo, merece destaque o domínio da comercialização por parte dos donos dos *packing houses*, responsáveis, por exemplo, por 70 % da manga exportada produzida por pequenos produtores do perímetro. A Valexport, que congrega 55 empresários associados, neles envolvidos os proprietários dos *packing houses*, detém a hegemonia da comercialização, especialmente da exportação.

Acreditamos que os processos que ocorrem no baixo Jaguaribe e em Juazeiro/Petrolina apresentam vários pontos de conexão, embora deva ser resguardada a questão de escala entre as duas regiões, assim como o intervalo de tempo para a difusão dos processos, uma vez que no baixo Jaguaribe é mais recente e se encontra em estágio menos complexo e avançado de capitalização e organização empresarial. Em contrapartida, em ambas é nítida a presença do Estado no papel de maestro da construção e gestão dos sistemas técnicos agrícolas inerentes aos recursos hídricos, no processo de desapropriação para construção dos perímetros irrigados, na seleção dos agricultores para a distribuição dos lotes etc. Entre as mais fortes especificidades da presença do Estado está sua condição

<sup>5</sup> Mais recentemente, outro ramo do agronegócio vem se difundindo nas duas áreas citadas do semi-árido, o da carcinicultura, notadamente da produção de camarão em cativeiro.

<sup>6</sup> Sobre o assunto pode ser lida a dissertação de Alcindo José de Sá.

de proprietário da terra dos perímetros. No baixo Jaguaribe o Estado como agente produtor do espaço agrário está representado pelo Dnocs e em Petrolina/Juazeiro pela Codevasf.

Um terceiro arranjo territorial produtivo bastante específico é o associado à produção intensiva de soja nos cerrados nordestinos, isto é, a difusão do que muitos chamam de “modelo do Centro-Oeste”. Abrangia inicialmente o oeste da Bahia, posteriormente se estendeu para o sul do Maranhão e sul do Piauí. Predomina a produção da soja, embora outras culturas também mereçam destaque, como o algodão, o arroz, o milho, o café, entre outras. Este arranjo territorial produtivo compõe uma nova região de produção agrícola globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônica pelas multinacionais Cargill e Bunge.

Neste arranjo produtivo, estas duas multinacionais comandam a produção de soja por parte de centenas de médios e grandes empresários agrícolas. Apesar de não atuarem na produção agrícola diretamente, dominam a produção por meio da compra e da moagem do grão, compondo um tipo específico de parceria no qual o principal elo de dependência entre os empresários agrícolas e as agroindústrias se dá pelo empréstimo de capital que estas fazem aos primeiros. Ou seja, as agroindústrias adiantam o capital da compra da produção no período do plantio, substituindo as instituições financeiras no fornecimento de capital de custeio. Com isto, praticamente tornam os empresários agrícolas, aos quais chamam de “clientes”, seus fornecedores exclusivos, e garantem a matéria-prima para a produção<sup>7</sup>.

Este circuito produtivo promove não só verticalidades, mas também inúmeras horizontalidades. Poderíamos citar a quantidade de empresários agrícolas envolvidos no processo, migrantes de áreas onde a modernização da agricultura se processou em décadas anteriores, como do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, na sua grande maioria. Associada à difusão da soja nos cerrados do Nordeste, dá-se uma série de transformações na dinâmica populacional, sendo a chamada migração de “gaúchos” um dos principais fatos a considerar para análise<sup>8</sup>; na economia urbana, que passa a crescer de forma bem distinta do até então ocorrido, com grande destaque para o crescimento dos setores inerentes ao consumo produtivo, ou seja, o consumo associado às demandas da agricultura científica e do agronegócio, mas também ao consumo consumptivo, associado às demandas dos migrantes descendentes, que impõem seus padrões de consumo às respectivas áreas, que serão, em parte, atendidos localmente. O nível de renda destes empresários ligados ao complexo agroindustrial da soja acaba também sendo um importante propulsor da economia urbana.

Estes seriam, então, alguns dos novos arranjos territoriais produtivos inerentes ao agronegócio no Nordeste brasileiro, que promovem distintos circuitos espaciais da produção agrícola, nos quais os elementos da organização do espaço são comandados pelos sistemas técnicos e sistemas de ação do presente. Nestes, o território e a economia estão articulados com a escala internacional, organizando-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Tais áreas seriam, pois, os pontos luminosos do espaço agrário do semi-árido e dos cerrados nordestinos, as áreas mais dinâmicas quanto à expansão da modernização da produção e do espaço. Nestas, o meio técnico-científico-informacional tem rapidamente substituído o meio natural e o meio técnico.

<sup>7</sup> Em certos aspectos, notadamente no relacionado ao adiantamento do capital na época do plantio, que na verdade se constitui na compra antecipada da produção, apresenta características similares ao verificado no setor de suco concentrado de laranja no Estado de São Paulo, quando da instalação da primeira agroindústria de suco concentrado, no município de Matão (Citrosuco), principal forma de compra da laranja durante cerca de duas décadas, tendo propiciado a formação de uma classe média de empresários agrícolas.

<sup>8</sup> Os chamados “gaúchos”, que são também paulistas, paranaenses, entre outros, normalmente já são oriundos de outras fronteiras anteriormente ocupadas, constituindo, muitas vezes, a terceira ou a quarta geração, os primeiros a iniciarem o processo migratório, muitas vezes seus pais, avós.

## Especulação fundiária

Entre os impactos negativos mais marcantes e presentes nas áreas consideradas para análise está o processo de prevaência da concentração fundiária e do latifúndio, com destaque para uma forte oligopolização do espaço agrícola, e agravamento da privatização da terra e da água. Ou seja, é cada vez mais difícil o acesso aos dois principais fatores de produção da agricultura pela maior parte dos pequenos produtores. Se no Brasil o acesso privado à terra está regulado por lei desde a promulgação da Lei de Terras, em 1850, aspecto reforçado com a promulgação do Estatuto da Terra, na década de 1960, parece-nos que este passa a acontecer com os recursos hídricos desde a última década do século XX.

Isto denota, também, o acirramento do mercado de terras como outro problema existente, qual seja, o aumento dos seus preços, contrariando ainda mais as aspirações por uma reforma agrária. Esta tem, agora, seu processo mercantilizado, com a substituição da desapropriação pela compra da terra. Com a difusão dos sistemas técnicos e das políticas públicas voltadas a organizar as condições econômicas e de infra-estrutura para o agronegócio da fruticultura e de grãos, as terras passam por forte processo de aumento de preços. Tal processo acirra o mercado de terras, e as torna cada vez mais caras e inacessíveis aos agricultores, que passam, cada vez mais, a ter a sobrevivência mediada por relações monetarizadas, em virtude de não terem mais condições de produzir a própria alimentação e muito menos de gerar renda complementar.

Conforme evidenciam as características da incorporação do semi-árido e dos cerrados nordestinos à produção e ao consumo agropecuário globalizados, a prevalência da concentração fundiária continua sendo uma realidade extremamente presente, em pleno século XXI, juntamente com outros dos seus traços estruturantes, aumentando sobremaneira a expropriação e a expulsão de agricultores que não detêm a propriedade da terra (meeiros, antigos parceiros, pequenos arrendatários).

O baixo preço da terra está entre os fatores inicialmente atrativos das áreas consideradas para análise. Entretanto, a intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso vem promovendo um crescimento geométrico do preço da terra. Hoje, embora tenha se instalado uma nova dinâmica do mercado de terras em todos os pontos luminosos do espaço agrícola nordestino, nos quais já se observa claramente a forte presença de especuladores, brasileiros e estrangeiros, algumas destas áreas ainda possuem preços muito mais baixos do que as áreas onde a capitalização do campo é mais antiga e complexa.

Entre os exemplos desta nova realidade colhidos em processo de trabalho de campo, alguns casos merecem destaque. Citemos um exemplo observado na cidade de Uruçuí, que disputa com a de Bom Jesus o título de “capital da soja” nos cerrados do Piauí<sup>9</sup>. Segundo gaúcha residente há dois anos no município de Uruçuí, a família tinha 100 ha de terra no Rio Grande do Sul. Venderam a terra e parcelaram o pagamento em quatro vezes, somente com a primeira parcela compraram 1.000 ha em Uruçuí, ou seja, apenas com um quarto do capital adquiriram uma propriedade em Uruçuí dez vezes maior do que a do Rio Grande do Sul. No oeste da Bahia e demais áreas dos cerrados nordestinos, a terra ficou muito cara; chegou a aumentar até setenta vezes desde a década de 1970 até hoje.

São inúmeros os exemplos em todas as áreas consideradas para estudo. Ainda segundo a entrevistada anterior, que já ocupa posição de destaque no Sindicato dos Produtores Rurais de Uruçuí, assim como junto ao Sebrae, “o valor da terra triplica todo ano”<sup>10</sup>. Não são poucos os depoimentos que afirmam ser o maior ganho do agricultor não a produção em si, mas a “valorização” da terra. Ainda de acordo com informações, as “sobras” de capital são utilizadas, principalmente, para a compra de novas terras.

<sup>9</sup> Vale destacar que a esmagadora multinacional Bunge está instalada no município de Uruçuí (PI).

<sup>10</sup> Em Janeiro de 2005, o preço médio do hectare equivalia a trinta sacas de soja e o preço desta, naquela ocasião, oscilava entre R\$ 28 e 32.

Da mesma forma, em algumas áreas o processo de regularização fundiária é bem mais recente. Merecem destaque as áreas do sul do Maranhão e do Piauí, nas quais a violência é a regra. São recorrentes as narrativas quanto aos conflitos de terra. A procuradoria jurídica tem efetuado algumas fiscalizações sobre os cartórios, em fase da dinâmica do mercado de terras. Conforme observado, muitas das terras dos cerrados piauienses são devolutas. Os entrevistados citam de diferentes formas os problemas inerentes à regularização fundiária, e mencionam exemplos de grilagem “disfarçada”, “desonestidade dos cartórios”, “superposição de escrituras”, interseção de terras, disputas acirradas entre vizinhos. Fala-se mesmo da existência de uma “indústria da grilagem”, imperando a “regularização fundiária a facção”, com muitos conflitos fundiários marcados por mortes. Também são vários os depoimentos segundo os quais, no sul do Piauí, a estrutura fundiária chega a ter “oito andares”.

Poderíamos arriscar uma periodização do processo de regularização fundiária dos cerrados nordestinos que hoje apresentam expansão da soja, onde até então a função de “refrigerador”, a agricultura para o autoconsumo e a pecuária extensiva eram predominantes. A década de 1970 surge como um marco no qual a grilagem campeou no espaço agrário. Toda a região conheceu um ciclo de violência contra os camponeses, notabilizando-se pela expulsão, grilagem, queima de casa etc. Muitos “geraiseiros”, que viviam em equilíbrio com a natureza, foram expulsos ou mortos. Nos cerrados baianos, a construção e asfaltamento da BR-242 é um signo deste processo.

Outro momento pode ser caracterizado na década de 1980, com a chegada dos migrantes sulistas. Neste a regularização fundiária deu-se de forma distinta da primeira fase, e se caracterizou pela hegemonia da denominada violência não criminalizada, como a do desvio da água, da presença ostensiva dos agentes de financiamento para os empresários, da difusão de “empresas colonizadoras”, entre outros. Vale destacar que a ocupação do oeste da Bahia se deu primeiramente à ocupação do sul do Maranhão e do Piauí, portanto, há uma diferença de mais de dez anos entre os processos primeiramente considerados para a região de Barreiras e as demais áreas de expansão da soja.

Exemplo de uma dinâmica distinta do mercado de terra é o que vem ocorrendo no município de Ipanguaçu (RN), onde se localiza uma das principais porções de terra da multinacional Del Monte, na qual ela realiza sua produção de banana. Desde a chegada desta empresa à região, em 1993, intensificou-se a negociação de terras e estabeleceu-se uma dinâmica de compra e venda completamente distinta da preexistente. Hoje, no município, existe um processo oligopsônico no referente à propriedade da terra, considerando que a Del Monte é proprietária de uma parte significativa do total das terras agrícolas do município. São cerca de 8.000 ha se somarmos as terras em Ipanguaçu e em municípios vizinhos. No Ceará, a empresa já possui 7.000 ha. Se lembrarmos que o baixo Açu e o baixo Jaguaribe são áreas contíguas e compõem um só arranjo territorial produtivo, o peso da empresa no processo de concentração fundiária é ainda mais forte.

Sobre este assunto, estudo interessantíssimo foi realizado por Albano (2005). Em pesquisa inédita junto ao cartório do município de Ipanguaçu, a qual revela a dinâmica do mercado de terras implantado no baixo Açu, desde a chegada da Del Monte. Depoimentos colhidos pelo autor junto à proprietária do cartório de Ipanguaçu mostram como, nos últimos três ou quatro anos, após cerca de dez anos de intenso processo de compra de terras por parte da Del Monte, a negociação com terras diminuiu e é muito pequena hoje. Naturalmente, tal fato associa-se, seja pela pouca oferta de terras existentes para venda, já que todas estão apropriadas, seja pelo alto preço por ela alcançado.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o processo de concentração fundiária se acirra na região, desde a construção da barragem Armando Ribeiro, concluída em 1983, que perenizou o rio Açu e propiciou novas perspectivas para a agricultura. Desde então, desencadeou-se o interesse de grupos empresariais atraídos pela potencialização das possibilidades de irrigação na região de Ipanguaçu e Açu, já então para a produção de frutas, processo evidenciado ainda na década de 1980. Pelas afirmações do autor, podemos concluir que é neste momento que se intensifica o processo de territorialização do capital no campo, pois o predomínio da pessoa física até então existente no processo de compra e

venda das terras passa a ser rapidamente substituído pelo da pessoa jurídica, de origem exógena a Ipanguaçu ou mesmo à região de Açu. Mas, como também fica evidente no estudo supracitado, é com a chegada da Del Monte, na primeira metade da década de 1990, que a reorganização produtiva do território e a concentração fundiária se dão com grande velocidade.

Com os regimes de exploração da terra estão diretamente associados à propriedade da terra, o acirramento da territorialização do capital nos espaços agrícolas considerados é concomitante a diminuição da exploração indireta, com a gradativa diminuição da cessão da terra pelo proprietário com a obtenção de rendas pré-capitalistas, como a da divisão (meia ou terça, por exemplo) da produção obtida, tão freqüentes até aquele momento.

## Reorganização das relações de trabalho

O estudo do mercado de trabalho agrícola formal nos ajuda a melhor compreender como vêm se dando as mudanças nas relações sociais de produção, já que a flexibilidade que rege o atual padrão produtivo rebate de forma incontestante no modo de organizar e gerir o trabalho. Diante desse novo quadro no mundo do trabalho, torna-se imprescindível compreender a evolução do mercado de trabalho formal no setor da agropecuária das áreas consideradas para estudo, pois o surgimento de uma classe de trabalhadores assalariados no campo representa a materialização do movimento do capital.

Como exemplo dos processos de transformações das relações sociais de produção observados nas áreas em estudo, utilizaremos dados para a região do baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, com o objetivo de contribuir para o reconhecimento do processo de expansão do mercado de trabalho agrícola formal, promovida pela reestruturação produtiva da agropecuária. Nossa tentativa visa compreender algumas das vicissitudes das novas formas de trabalho agrícola, em especial associadas ao que Santos (2005) chamou de *agrícola não rural*, ou seja, aquele que já foi expropriado dos meios de produção, que mora na cidade, mas trabalha no campo. Para alguns pesquisadores, este é o signo do proletário agrícola.

A existência de um mercado de trabalho formal no setor agropecuário dos vales úmidos do semi-árido, assim como dos cerrados, é muito recente. Dos respectivos contingentes totais da População Economicamente Ativa dos Estados aos quais pertencem cada uma das áreas, principalmente no Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, uma parcela significativa permanece, ainda hoje, ligada às atividades agropecuárias. No entanto, deve-se destacar a predominância da agricultura familiar, voltada ao autoconsumo ou a produção simples de mercadorias, o que contribui para expor um quadro de condições pouco dinâmicas associadas ao mercado de trabalho agrícola.

Como resultado da expansão do agronegócio, responsáveis pela difusão de um novo modelo de produção agropecuária, fazendo destas áreas pontos de conexão de circuitos espaciais da produção do sistema alimentar globalizado, o comportamento endógeno das relações de trabalho vêm sendo transformado. Desse modo, a mudança do padrão de produção acompanha-se de um aumento do mercado de trabalho agrícola em moldes capitalistas, especialmente a partir dos anos 1990.

Entre as fontes de informação sobre o mercado de trabalho segundo municípios sobressai o acompanhamento do emprego formal, com carteira assinada, realizado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Com base nessa fonte, é calculado o estoque de mão-de-obra empregada, divulgado pelo ministério por meio do Relatório Anual de Indicadores Sociais (RAIS), que permite visualizar a situação de cada município quanto ao emprego de mão-de-obra via estoque anual de trabalhadores.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Agradeço a Juscelino Eudâmidas Bezerra que, como meu orientando de Iniciação Científica, foi responsável pelo trabalho de construção do banco de dados inerente ao mercado de trabalho agrícola formal, a partir dos dados do Ministério do Trabalho. Juscelino contou com uma bolsa da

Ao utilizar tal fonte para um detalhamento do caso cearense, é possível observar que, tomando o Estado como um todo, o estoque total de empregos formais praticamente dobrou (93 %) entre os anos de 1985 e 2002, e passou de um estoque de 8.379 para 16.148 empregos no período. Deste total, a região do baixo Jaguaribe concentrava o inexpressivo percentual de 0,62 % no primeiro ano, passando para 18,08 % no segundo ano considerado para análise, ou seja, subiu de 52 para 2.921 o número total de empregos formais na agropecuária. Essa concentração reforça a idéia da importância do crescimento da agropecuária desta região. A base de dados Caged aponta para uma tendência de crescimento do emprego formal na região em relação ao Estado como um todo, uma vez que o número de admissões de trabalhadores com carteira assinada no setor da agropecuária na região chegou a 34 % do número total de admissões no setor. A análise do estoque de empregos formais na agropecuária distribuído no baixo Jaguaribe, segundo seus municípios, mostra que em 2002 somente um município (Quixeré)<sup>12</sup> concentrava sozinho cerca de quatro quintos (81,5 %) deste contingente.

Entretanto é nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré onde vêm se instalando, ao longo da década de 1990, algumas médias e grandes empresas agrícolas associadas ao agronegócio da fruticultura, as quais promovem grande impulso à atividade agrícola. Vale lembrar, também, que é nestes dois municípios onde se encontra instalada a Del Monte no Estado do Ceará.<sup>13</sup>

Os dados referentes ao ano de 2002 revelam um crescimento, assim como uma nova territorialização do mercado de trabalho agrícola formal, que obedece ao presente momento de organização do espaço agrícola regional. Estas características estão em sintonia com a recente dinâmica da agricultura baseada na reestruturação produtiva da atividade agropecuária. Em outras palavras, a dinâmica do mercado de trabalho agrícola segue no rastro das alterações produtivas e se reflete, assim, em profundas modificações no âmbito socioeconômico.

Como podemos observar seja na análise de dados da fonte supracitada, seja em trabalho de campo, as profissões ligadas ao setor da agropecuária são as que apresentam o maior número de admissões na região do baixo Jaguaribe. Assim, o mercado de trabalho agrícola tem hegemonia sobre o mercado de trabalho formal total da região. Desta forma, confirma-se a tendência de expansão da agricultura e de relações capitalistas baseadas no trabalho assalariado.

Outra característica a ser destacada é a do tamanho dos estabelecimentos, por quantidade de empregados. De maneira geral, em todos os anos analisados (1985, 1995, 2002) e para todo o Estado do Ceará, há predominância dos estabelecimentos com até quatro empregados, sendo expressivo o número de estabelecimentos que não possui nenhum emprego formal. No baixo Jaguaribe, são 55 os estabelecimentos que registravam empregos formais na atividade agropecuária, no ano de 2002, contra os quatro em 1985 e os 26 em 1995. No ano de 1985, dos quatro estabelecimentos com empregados formais, somente um empregava de vinte a 49 empregados<sup>14</sup>. Todos os demais ficaram abaixo desta faixa.

Realidade bastante distinta registrou-se em 2002, quando sete estabelecimentos possuíam mais de cinquenta empregados. Deste total de estabelecimentos, três registravam de 100 a 249 empregados<sup>15</sup>. O grande destaque foi o município de Quixeré, que possuía uma empresa, por dedução a Del Monte, com mais de 1.000 empregados, realidade até então jamais registrada, seja na região do baixo Jaguaribe, seja no Ceará como um todo, já

---

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Agradeço, também, a esta instituição.

<sup>12</sup> Vale lembrar que a região do baixo Jaguaribe considerada para a análise dos dados é formada por dez municípios.

<sup>13</sup> Entre as outras empresas de destaque, citaríamos, em Quixeré, as empresas J.S. Sallout, Melão Doçura e Frutacor; em Limoeiro do Norte: Faego, Banago, Agrofrut, Frutacor e Asfruta.

<sup>14</sup> No município de Morada Nova.

<sup>15</sup> Um no município de Jaguaruana, um no de Limoeiro do Norte e um no de Quixeré.

que esta empresa com mais de 1.000 empregados é a única em todo o Estado. Concentrava, então, cerca de 51 % dos empregos formais existentes em todos os setores econômicos e 69 % dos empregos formais no setor agropecuário do município de Quixeré, assim como 10 % do total de empregos formais no setor da agropecuária em todo o Ceará<sup>16</sup>.

Os dados supracitados, por si só, corroboram nossa hipótese de que as mudanças ocorridas na atividade agropecuária no baixo Jaguaribe vêm promovendo a organização de um mercado de trabalho agrícola formal na região, na qual, até muito recentemente, desconhecia-se tal realidade.

Mencionada empresa vem se dedicando à produção de frutas, sendo o melão seu carro chefe no baixo Jaguaribe. As determinações exógenas predominam na organização da produção desta empresa, notadamente no mencionado aos mercados, já que o objetivo maior da produção é a exportação, principalmente para os mercados europeu e norte-americano. Os ciclos produtivos do melão, principal cultura não só da Del Monte, assim como de outras importantes empresas na região, nos ajuda a melhor compreender algumas das variações no percentual de admitidos no setor agropecuário no baixo Jaguaribe, pois uma das características do mercado de trabalho agrícola é a sazonalidade, dada pelas diferentes demandas de trabalho durante o processo produtivo, considerando o ciclo produtivo das culturas.

O ápice da geração de empregos no ciclo do melão é o segundo semestre, quando se realiza a colheita do fruto, fase conhecida pelo maior uso da força de trabalho. Hoje, o melão lidera as exportações de frutas no Ceará<sup>17</sup>. De acordo com informações do Caged, sobre os dados do total de admitidos no setor da agropecuária no baixo Jaguaribe, no ano de 2003, considerando o primeiro e o segundo semestres, é notório o destaque do segundo semestre no número de admitidos, 3,5 vezes maior do que no primeiro semestre (respectivamente 2.682 contra 736 admitidos). Do total de admitidos em toda a região, 89 % concentraram-se no município de Quixeré.

Como a agricultura científica e o agronegócio utilizam grande contingente de mão-de-obra especializada, em todas as áreas em análise é possível observar o acirramento da divisão social do trabalho no setor, mas o mercado de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado e apresenta em uma de suas pontas o trabalhador especializado. Estes são profissionais de origem e vivência urbanas, que passam a ser os assalariados permanentes (engenheiro geneticista, veterinário, administrador agrícola etc.) dos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital. A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e quantitativa de antigas funções, com importantes transformações no mercado de trabalho agrícola.

Para a análise dos impactos do atual processo de reestruturação produtiva sobre o trabalho agrícola, não podemos deixar de considerar “o fato de que as mudanças operadas no espaço raramente eliminam de uma vez os traços materiais do passado, obrigando a considerar as fases respectivas de instalação de novos instrumentos de trabalho e de criação de novas relações de trabalho, já que em cada fase, as relações sociais de produção não são da mesma natureza” (SANTOS, 1988). Desse modo, é necessário considerarmos o contexto no qual as relações de trabalho foram geradas a partir do conhecimento da sua história, uma vez que o trabalho é historicamente produzido e, portanto, mutante com a história humana. Nosso propósito foi indicar alguns elementos próprios desta construção histórica. Para isto, tentamos focalizar as principais dinâmicas nas relações de trabalho ao invés de oferecer uma visão limitada, fixa no tempo e no espaço, visto não se tratar de algo linear onde se pode demarcar o seu início e o seu término, pois os processos não são estanques, mas interligados.

<sup>16</sup> O Estado do Ceará é composto por 184 municípios.

<sup>17</sup> Conforme dados da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Ceará (Seagri), do total das exportações de frutas realizadas pelo Estado, no ano de 2003, 84 % foram da cultura do melão.

A presença do trabalhador assalariado temporário não somente representa a expulsão dos que não detêm a propriedade da terra, como também inclui muitos pequenos proprietários que, impossibilitados de garantir a sobrevivência da família unicamente pelo produto do trabalho no seu lote de terra, são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano. Dessa forma, entre os trabalhadores agrícolas assalariados temporários, deve-se distinguir aquele que detém apenas sua própria força de trabalho, o bóia-fria, residente na cidade, que se desloca diariamente para o campo, sobretudo nas épocas de safra, daqueles que ainda possuem uma pequena propriedade de terra, na qual residem com a família. Aqueles, como não conseguem auferir a subsistência, vendem sua força de trabalho durante algumas épocas do ano, especialmente para as empresas agrícolas mais dinâmicas.

O trabalhador agrícola assalariado é um proletário agrícola, é aquele trabalhador cujas relações de trabalho constituem prestação de serviços, isto é, cuja força de trabalho é uma mercadoria que ele vende ao empresário agropecuário, em diferentes momentos do processo produtivo. Ele, na maioria dos casos, reside nas periferias de cidades locais e médias, e compõe o que Santos (1988) chamou de o agrícola não rural. No município de Quixeré já existe um bairro periférico (Lagoinha) habitado quase exclusivamente por trabalhadores agrícolas temporários.

A década de 1980 marca a eclosão de inúmeros estudos sobre vários aspectos da modernização da agropecuária brasileira. Para Graziano da Silva (1981, p. 118), um dos que escreveram sobre o progresso técnico e as relações de trabalho na agropecuária, o trabalhador agrícola temporário é, fundamentalmente, “um proletário, ou seja, um trabalhador desprovido dos meios de produção e, enquanto tal, obrigado a vender sua força de trabalho para garantir a subsistência, como é o operário urbano e/ou o trabalhador rural assalariado permanente”. Na opinião de Andrade (1979), desde a intensificação do capitalismo no campo, a contínua proletarização do trabalhador rural é o fato mais marcante do meio rural brasileiro.

Mostra-se, também, um acirramento da divisão territorial e social do trabalho, e o mercado de trabalho agrícola regional já evidencia certa hierarquização, e apresenta numa de suas pontas o trabalhador especializado, de origem e vivência urbanas, que passa a ser o assalariado permanente nos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital.

Apesar da expansão do mercado de trabalho agropecuário formal, materialização da proletarização do trabalho agropecuário, esta convive com as antigas características ligadas às formas clássicas de relações de trabalho no semi-árido. Neste ponto, é importante lembrar as contribuições de Oliveira (1995) e Martins (1990), segundo os quais, o desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório e combinado, pois cria relações dialéticas entre a expansão do trabalho assalariado e a reprodução das relações camponesas. Nas áreas em estudo, existem as duas situações a conviver lado a lado, ou seja, o desenvolvimento do trabalho assalariado e o familiar. São contundentes, assim, as evidências quanto à expansão do mercado de trabalho agropecuário formal que, na complexidade do desenvolvimento desigual e combinado, encontra o sustentáculo também das relações de produção não capitalistas no campo.

De acordo com estudo mais aprofundado, ainda inédito, realizado por Alexandra Muniz (2004) sobre as relações de trabalho na região do baixo Jaguaribe, a abertura desta região à competição global somada à intensificação das práticas neoliberais em um ambiente de reestruturação produtiva trouxe consigo um conjunto de transformações sobre o trabalho agrícola.

Tal estudo nos permite vislumbrar algumas das particularidades da dinâmica do trabalho agrícola na região do baixo Jaguaribe, sintetizadas a partir da exposição de alguns aspectos, tais como: difusão da racionalização do processo de trabalho; redução do tempo de produção, com a utilização de um conjunto de inovações tecnológicas e práticas modernas de produção; aumento da produtividade do trabalho; aumento do tempo de não trabalho para os trabalhadores de baixo nível técnico-educacional; intensa exploração da força de trabalho; aumento da intensidade e do ritmo da jornada de trabalho; mudança na



estrutura profissional com novas categorias de trabalho; maior diferenciação, complexidade e segmentação da classe trabalhadora; crescente oferta de emprego para profissionais qualificados (trabalhadores assalariados permanentes); aumento da demanda por força de trabalho não qualificada ou semiquilificada em determinadas fases do processo produtivo; ampliação da divisão social e territorial do trabalho; representatividade dos trabalhadores comprometida (redução dos índices de sindicalização); debilitação político-ideológico da perspectiva de classe social; crescimento do mercado de trabalho formal; intensa mobilização da força de trabalho (desterritorialização e simultânea reterritorialização); crescimento da terceirização nas empresas agrícolas.

Considerando que o processo em curso ocorre de forma parcial, heterogênea, descontínua no tempo e no espaço, pois alguns municípios da região são mais intensamente atingidos, mesmo nestes municípios, esse processo não se dá homogeneamente, é notória uma segregação dos espaços da produção. Embora novas oportunidades de trabalho estejam surgindo com o cultivo de frutas, cujas variedades geneticamente modificadas permitem uma produção quase contínua ao longo do ano agrícola, estas não são suficientes para empregar o contingente de mão-de-obra desempregada com as mudanças no processo produtivo. Portanto, a tendência é essa situação se agravar cada vez mais com o crescimento da população em idade ativa.

Diante disto, vislumbramos um cenário pouco promissor para o trabalhador com saberes e fazeres histórica e empiricamente construídos, mas sem domínio do conhecimento técnico-científico. A exclusão deste trabalhador de alguns ambientes de trabalho já se mostra, tendo em vista que o mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais seletivo e o capital investido em máquinas e equipamentos vem se intensificando rapidamente, provocando o desemprego tecnológico, que é estrutural e não depende de uma situação conjuntural desfavorável momentaneamente.

Embora temporário, o trabalhador agrícola assalariado, ao mesmo tempo em que representa as novas relações de trabalho nos espaços agrícolas de reserva, reproduz a pobreza e a exclusão das velhas relações. Assim, nos espaços agrícolas onde a reestruturação ainda não chegou, nos espaços não selecionados para receber os investimentos produtivos modernos, permanece o predomínio das relações de trabalho não capitalistas, para as quais o trabalho com a terra tem como objetivo principal a subsistência da família ou a produção simples de mercadorias. Estes dados revelam algumas das contradições trazidas pela própria difusão do capitalismo no espaço agrário em análise, cujos reflexos têm sido sua própria fragmentação. No referente às relações de trabalho, a formação de um mercado de trabalho agrícola formal e novas formas de subordinação dos agricultores familiares aos processos modernos de produção agrícola são evidentes.

A expansão ou mesmo a formação do mercado de trabalho agrícola formal também deve ser considerada para análise. Esta passa a apresentar certa hierarquização, tendo, num lado, o trabalhador agrícola não especializado, que passa muitas vezes a residir na cidade e sazonalmente trabalhar no campo a partir do momento de maior demanda do ciclo produtivo. Numa outra ponta desse mercado de trabalho em expansão, existem os trabalhadores especializados, ou seja, a mão-de-obra cuja demanda é aumentada nas áreas de modernização da atividade agropecuária (o veterinário, o administrador, o especialista em engenharia genética, o técnico agrícola, o agrônomo etc.). Uma gama de novas profissões, ou antigas que se reformulam, compõem a mão-de-obra especializada para a modernização da atividade agrícola.

Portanto, de um lado, existe, o trabalhador agrícola sem qualificação, temporário na sua grande maioria, que mora na cidade e trabalha no campo, denominado de *trabalhador agrícola não rural* (SANTOS, 1988), e o trabalhador especializado, permanente em sua grande maioria, que atende às demandas prementes do agronegócio. Engana-se, porém, quem imagina ter cessado a expansão das formas não capitalistas. Tais formas, contraditoriamente, continuam se reproduzindo. Como tanto o trabalhador braçal quanto o especializado residem, em grande parte, nas cidades, aumenta o processo de urbanização.

A difusão da fruticultura no baixo Jaguaribe é o ponto-chave para entendermos o novo padrão produtivo nesta região e, conseqüentemente, o mercado de trabalho agrícola,

que agora hierarquiza o quadro de contratações formais no setor da agropecuária. O município de Quixeré, por exemplo, está ligado à lógica globalizada de produção e consumo de frutas tropicais. Dessa forma, como pudemos confirmar durante a pesquisa de campo neste município, houve uma queda da área plantada e da produção de alimentos voltados para o consumo local. Estes produtos foram substituídos por frutas para a exportação, como o abacaxi, a banana, a goiaba e, em especial, o melão, e a mudança no produto cultivado muitas vezes vem acompanhada da mudança do tipo de produtor, pois quem domina a cadeia produtiva de frutas são os empresários com experiência no ramo. Eles incorporam, cada vez mais, um maior número de terras dos produtores locais e passam a investir na região, o que evidencia também a migração dos agentes produtores do espaço para este novo lócus de valorização do capital. A evolução da produção do melão é paralela à chegada das empresas agrícolas no baixo Jaguaribe. De acordo com dados do IBGE, no ano de 1999, o município de Quixeré possuía 80 ha de área plantada com melão. Já no ano de 2002, a área plantada chegou a 2.500 ha.

### Considerações finais

Todos os argumentos supracitados nos permitem afirmar que a inserção dos espaços agrícolas do semi-árido e dos cerrados na produção e consumo agrícolas globalizados tem se dado de forma totalmente insustentável, por ocorrer com grande produção de riqueza, cada vez mais concentrada, paralelamente a uma enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, além de criar muitas novas desigualdades socioespaciais. Dessa forma, os espaços agrícolas que se adaptam ao agronegócio globalizado, transformando-se nos pontos luminosos do semi-árido e dos cerrados nordestinos, nos quais as verticalidades passam a ser hegemônicas sobre as horizontalidades, estão deixando rapidamente de ser fruto da solidariedade orgânica localmente tecida, até então predominante, para se tornar resultado da solidariedade organizacional, comandada por grandes grupos econômicos, entre os quais sobressaem as multinacionais Cargill, Bunge e Del Monte.

A reprodução das desigualdades socioespaciais a inserção dos lugares de reserva do espaço agrário nordestino nos deixam concluir, também, que os novos arranjos territoriais produtivos são meras regiões do fazer e jamais regiões do reger, para utilizar as noções apresentadas por Milton Santos (1996, 2000), porquanto suas respectivas populações não estão conseguindo exercer nenhuma ingerência sobre os processos que neles estão ocorrendo. Com a dispersão espacial da agricultura científica e do agronegócio, passam a ter a possibilidade de executar, mas jamais de decidir os rumos de seu desenvolvimento. Isto é ainda mais verdade para os poderes públicos locais, obedientes ou simplesmente omissos aos ditames das empresas que estão se territorializando nestas respectivas áreas. Portanto, com a dispersão espacial da produção, tais áreas estão participando da execução da produção, mas continuam sem poder para decidir os rumos de seu desenvolvimento.

Conforme percebemos, são visíveis e incontestáveis as novas territorialidades nas áreas consideradas para análise, no campo e nas cidades, pontos de transformação da natureza, de criação de novas *horizontalidades* e *verticalidades* e da articulação da escala local com a planetária, expandindo-se o processo de territorialização do capital no campo. Assim, a inserção de partes do semi-árido e dos cerrados nordestinos nos circuitos produtivos globalizados do agronegócio vem acirrando a divisão social e territorial do trabalho agrícola, com a refuncionalização dos espaços agrícolas. Entretanto se mostra incapaz de associar-se à consecução de uma sociedade mais justa.

Para encerrar, reafirmamos, de fato, a reestruturação da produção e do espaço agrícolas do semi-árido e dos cerrados da região Nordeste do Brasil é uma realidade, mas, como em todo o restante do país, se dá de maneira excludente, uma vez que é

especialmente concentrada, socialmente seletiva, só atinge alguns segmentos econômicos e pequena parte da população, além de só vingar com amplo amparo do Estado.

Como medidas mitigadoras, urge a realização de programas de desenvolvimento baseados em interesses endógenos, pautados pela viabilidade econômica, pela qualidade estética, pela sustentabilidade ambiental e, principalmente, pela equidade social, que nunca existiu, seja no semi-árido, nos cerrados ou no país como um todo. Um bom começo seria substituir a ideologia do consumo e do neoliberalismo, que impede a convivência realmente solidária, pelas noções básicas de equidade social e de cidadania, as quais, também, nunca existiram no país.

Como somos otimistas e temos esperança e, como acreditamos na transformação, na mudança, no novo, temos muitas saudades do futuro. Dessa forma, a exemplo de Milton Santos, conclamamos todos para a busca de uma outra globalização, na qual não haja lugar para o globalitarismo, que globaliza a taxa de lucro, a exploração, a miséria, a exclusão social. Mas, como se globalizam também as lutas sociais, o conhecimento, a busca pelo novo e a vontade de mudar o mundo, resta a esperança na resistência dos homens e mulheres simples os quais construirão novos caminhos, guiados pela empiricização da totalidade.

Por entendermos constituir a região e o lugar frações do espaço total do planeta onde o mundo é empiricamente percebido, o ensaio apresentado tentou corroborar a compreensão de algumas das diferentes formas de empiricização da agropecuária brasileira globalizada. A análise em processo visa contribuir para avançarmos na percepção das novas relações de produção, assim como na reestruturação espacial engendrada pela dispersão espacial da produção agropecuária no Brasil e para a elaboração da síntese dos processos que lhe são pilares. A nosso ver, é possível, também, avançar nos esquemas de análise das novas lógicas na relação centro-periferia, assim como dos principais processos presentes na base de todas as desigualdades socioespaciais hoje reinantes. Isto permite prosseguir, também, na busca de soluções com vistas a outra globalização.

## Bibliografia

ALBANO, G. P. Globalização da Agricultura e Concentração Fundiária no Município de Ipanaçu (RN). Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2005. 220 pp.

ALBUQUERQUE, R. C. Viabilidade do Nordeste no século 21. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). Brasil 500 anos: futuro, presente, passado. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. pp. 353-405.

ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. Agrária, jan/julho 2005. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária. ISSN 1808-1150. [www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria](http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria)

ALVES, V. E. L. Formação territorial sul-piauiense: modernização agropecuária e resistência camponesa. São Paulo: USP, 2000. 219 pp. (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana).

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

ARAÚJO, A. A. Modernização na fronteira agrícola dos cerrados piauienses: o caso de Bom Jesus. Teresina: UFPI, 2005. 162 pp. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Estudos Avançados, v. n. 29, pp. 7-36, 1997.

ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. In: CASTRO, Iná Elias de et alii (org.). Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 1999. pp. 73-92.

ARAÚJO, T. B. A questão regional e a questão nordestina. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2000.

BANCO DO NORDESTE. Documento Básico do Projeto Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste. Fortaleza: BNB, 1998.

CALDAS, A. S.; LIMA, N. A globalização e a agricultura periurbana de Juazeiro-Petrolina: mudanças na estrutura produtiva. In: Seminário Internacional sobre a Inserção do Semi-árido Latino-Americano no Processo de Globalização da Economia Mundial. Salvador: P&A, 1998. pp. 91-114.

CAMPOLINA, C. D. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). Brasil 500 anos: futuro, presente, passado. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. pp. 303-351.

CARVALHO, O. Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: GONÇALVES, M. F. (org.). Regiões e Cidades, cidades nas regiões. São Paulo: UNESP, ANPUR, 2003.

CASTRO, I. E. Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; Corrêa, R. L. (orgs.). Brasil: questões atuais de reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pp. 283-324.

CAVALCANTE, E. Geo-economia do semi-árido irrigado. A experiência de Petrolina sob o enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento. 2. ed. Recife: Editora da UFPE, 1997.

CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. Estudos Avançados. São Paulo: IEA, 1997. pp. 79-92.

Ceará. Governo do Ceara. Plano de desenvolvimento regional do baixo Jaguaribe. Fortaleza, 2004.

CERQUEIRA, P. S. O uso do trabalho na fruticultura: uma análise da microrregião de Juazeiro-Bahia na década de 1990. Dissertação de Mestrado. Salvador, UNIFACS, Mestrado em Análise Regional.

CHAVES, M. L. J. Urbanização e modernização da agricultura em Limoeiro do Norte: impactos socioespaciais. Fortaleza: UECE, 2004. 184 pp. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

ELIAS, Denise. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. Geografia, v.30, n.2, mai./ago. 2005. Rio Claro, SP: Ageteo. pp. 223-239. ISSN 01000-7912.

ELIAS, Denise. Globalização e agricultura. São Paulo: Edusp: 2003a. 480 pp.

ELIAS, Denise. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In SOUZA, M.A.A. de (org.). O território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003b. pp. 315-340.

ELIAS, D. A integração competitiva do Semi-árido cearense. In: ELIAS, Denise. & FURTADO, J. L. S. (orgs.). Modernização excludente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002a, pp. 15-43.

ELIAS, D. (org.). O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (Ce). Fortaleza: Funece, 2002b. 366p.

ELIAS, D. Globalização, fragmentação e reorganização do espaço agrário cearense. Geonordeste, ano XI, n. 2, 2001. Aracaju: Núcleo de Pós-graduação em Geografia/UFS.

ELIAS, D. Região de Ribeirão Preto (SP): o Brasil Agrícola Moderno. GEOUSP, São Paulo: FFLCH / USP, Humanitas, nº 1, abril de 1997. pp.73-83.

- ELIAS, D. Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP). Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1996. 296 pp.
- GOMES, G. M. Velhas secas em novos sertões. Continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados Nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.
- HAESBAERT, R. Des-territorialização e identidade: a rede 'gaúcha' no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997. 293 pp.
- HAESBAERT, R. Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção de identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. et al. (org.). Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1996. pp. 367-415.
- JESUS FILHO, A. Perspectivas de sustentabilidade da agricultura irrigada no pólo Juazeiro/Petrolina diante do conflito de usos de água na região. Salvador: UNIFACS, Mestrado em Análise Regional, 2004. 168 pp.
- KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R.; SILVA, S. R. A fruticultura e o desenvolvimento local: o caso do núcleo produtivo de fruticultura irrigada de Limoeiro do Norte (CE). Revista Econômica do Nordeste. vol. 35, número 01, jan.-mar./2004. Fortaleza Banco do Nordeste. pp. 38-57
- MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B. Mercado formal de trabalho no Estado do Ceará e na região Nordeste. Políticas públicas e sociedade. Vol. 01 número 5 jan/jun. Fortaleza: 2003. pp. 91-101.
- MARTINS, J. S. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MENEZES, D. O outro Nordeste. Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da civilização do couro e suas implicações históricas nos problemas gerais. 3. ed. Fortaleza: UFC / Casa de José de Alencar, 1995.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste. Brasília: Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1998.
- MONTEIRO, M. S. L. Ocupação do Cerrado Piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária. Campinas: UNICAMP, 2002. 225 pp. (Tese de Doutorado em Economia Aplicada).
- MORAES, D. C. *Novas dinâmicas territoriais no Nordeste (o novo Nordeste dos cerrados: o caso do Piauí)*. Campina Grande: UFPB/CIRAD, 1999. Seminário Internacional Planejamento e Desenvolvimento Territorial (cd).
- MORAES, D. Fala da experiência feminina: memória, narrativa e trajetória de mulheres camponesas nos cerrados piauienses. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande: UFCG/PPGS, vol. 22, nº1, pp. 30-45, jan./jul. 2003.
- MORAES, D. Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2000b. 475 pp.
- MUNIZ, A. M. V. Reestruturação Produtiva e Trabalho Agrícola no baixo Jaquaribe: mudanças, permanências, desafios e tendências. Fortaleza: UECE, 2004. (Dissertação de Mestrado em Geografia). 318 pp.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandy L.(org.). Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1998. pp. 465-534.
- OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura brasileira: Desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. et al. (orgs.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1995, pp. 280-306.

- OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto, 1997 (Caminhos da Geografia). 164 pp.
- SÁ, J. Espaço e Subordinação: o caso de um perímetro irrigado no submédio São Francisco. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 1991. 124 pp.
- SANTOS, C. C. M. Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 1980. Salvador: UFBA, 2000. 233 pp. (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- SANTOS, M. O espaço dividido. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. Os circuitos espaciais da produção. In: SANTOS, M. & SOUZA, M. A. A. de (orgs.). A Construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986<sup>a</sup>.
- SANTOS, M. A região concentrada e os circuitos produtivos. Texto apresentado como parte do relatório de pesquisa do projeto O centro nacional: Crise mundial e redefinição da região polarizada. São Paulo: Depto de Geografia USP, 1986b (datilografado).
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo. São Paulo: Hucitec, 1994a.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. SP: EDUSP, 2005.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS FILHO, M. (coord.). O processo de urbanização do oeste baiano. Recife: Sudene, 1989.
- SANTOS FILHO, M.; FERNANDES, A. A modernização do campo nos cerrados baianos. In: Espaço e Debates, ano VIII, 1988, n. 25. pp. 63; 75.
- SILVA, A. G. da. Nova fase do sindicalismo: os trabalhadores do Pólo Agroindustrial do Açu (RN). Raízes, movimentos sociais no campo. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande, Ano XVI, nº 15, dezembro de 1997. pp. 24-35.
- SILVA, A. G. da. A parceria na agricultura irrigada no Baixo-Açu. Natal: CCHLA, 1992.
- SILVA, A. G. Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Natal, vol. 2 número 1, janeiro/junho de 2001. pp. 85-94.
- SILVA, A. F. A agricultura na região do Baixo Açu: uma retrospectiva. In: Sociedade e território. UFRN/CCHLA, Departamento de Geografia. Natal, vol. 13, n. 2, julh/dez 1999. pp. 25-36.
- SILVA, J. G. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- SILVA, M. M. As transformações na produção irrigada e as desigualdades no pólo Açu-Mossoró. Natal: UFRN, 2003. 118 pp. (Mestrado em Ciências Sociais).
- SILVA, S. R.; SILVA, L. M. R.; KHAN, A. S. A fruticultura e o desenvolvimento local: o caso do núcleo produtivo de fruticultura irrigada de Limoeiro do Norte (CE). Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 35, nº 1, jan.-mar. 2004, pp. 57-39.

SOUZA, Hermino Ramos de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. 4, pp. 499-518, out./dez. 1997.

WEHRMANN, M. E. S. F.; DUARTE, L. M. G. Sojicultor: agente de transformação nos cerrados brasileiros. In: DUARTE, L. M. G.; THEODORO, S. H. (orgs.). Dilemas do cerrado. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.